A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Valquíria Pinheiro Silva¹

RESUMO

Esse trabalho é resultante de um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, que discute a influência da família no desenvolvimento escolar de alunos no Ensino Fundamental, fundamentando-se principalmente nos seguintes autores: Chalita (2001), Coimbra (2002), Costa (2001), Cury (2003), Demeterco (2004), Macedo (1996), Pagoto (2006), Piaget (2000), Sá (2001), Soares (1999), Tiba (1996), Zagury (2002). Nesse contexto apresenta e correlaciona um conjunto de fatores que por vezes norteia as relações que se estabelecem entre família e escola. Esse estudo parte do princípio de que o aluno terá maior possibilidade de sucesso na vida escolar quando devidamente acompanhado pela família. Se por um lado a escola anseia por maior participação dos pais, por outro, encontra dificuldade de concretizar ações que favoreçam esse envolvimento de forma efetiva. A pesquisa aponta para o estabelecimento de parceria entre família e escola através de uma intervenção planejada e consciente, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre as duas instituições. Os pais precisam ser incluídos no planejamento pedagógico, entender as estratégias da escola e saber como, quando e onde eles podem contribuir. Para que isso aconteça, os profissionais da educação precisarão compreender que a falta de sintonia família-escola é algo complexo que perpassa por questões históricas, socioeconômicas, políticas e culturais profundas, exigindo consciência e mudança de postura de pais e educadores que poderão encontrar alternativas para superação desta situação. Reforça-se então a necessidade dos educadores se empenharem na (re)construção dessa parceria que só se efetivará através do diálogo permanente, fator decisivo para que a vontade e o empenho de professores e familiares sejam construtivos.

Palavras chaves: Escola; Família; Parceria escola-família.

Introdução

A necessidade de se estudar a relação família-escola se sustenta e é reafirmada quando o professor se esmera por considerar o aluno, sem perder de vista a globalidade da pessoa, ou seja, compreendendo que quando se ingressa no sistema escolar, não se deixa de ser filho, irmão, amigo, etc.

Procurando elementos significativos para a compreensão da influência da família na educação de alunos do Ensino Fundamental, formula-se a seguinte questão: Como a família tem influenciado no processo de educação escolar de alunos do Ensino Fundamental?

¹ Graduada em Pedagogia, especialista em História e Geografia do Brasil, especialista em Docência Superior, professora da Educação Básica no Município de Teixeira de Freitas-BA.

A busca por esta resposta pode envolver um conjunto de outras questões: Qual o papel da família na educação escolar dos filhos? A falta de acompanhamento familiar na educação escolar é o responsável pelo fracasso da educação dos filhos? Que fatores têm causado o distanciamento entre família e escola?

Infelizmente, as pesquisas que relacionam as instituições escola e família são de número bastante reduzido, comparando-se a proporcionalidade da quantidade de pesquisa à importância essencial dessa relação para o desempenho escolar das crianças.

Sabe-se que com o passar dos anos a escola vem tomando novos rumos e com isso novas responsabilidades lhes foram atribuídas. Deixou de ser vista apenas como uma instituição de complemento na educação humana para assumir o papel total, responsável pelo sucesso ou fracasso escolar dos alunos. O objetivo desta pesquisa é discutir a importância da participação familiar no processo de educação escolar de alunos do Ensino Fundamental.

Buscando as raízes da história do processo educacional, pode-se perceber claramente a relação que existe entre a história da educação escolar e a história da família. Ambas passaram e passam por transformações, embora agora procurem assumir o papel que lhes é dado de forma distinta. E que, cabe aos educadores conhecerem estes fenômenos para compreender qual é o seu papel enquanto agente transformador de sua prática educacional.

A razão da escolha deste tema é que dentro do processo ensino-aprendizagem a família tem sido um fator preponderante. Seu papel tem sido fundamental, pois constitui o meio onde o aluno vive e aprende a se relacionar em sociedade e ao mesmo tempo em que constitui sua base de segurança, física, econômica e afetiva até que alcance a idade adulta.

A (re)configuração de família no contexto da sociedade contemporânea

Como a família e a escola não ficam à margem do contexto social, histórico e econômico, as consequências das mudanças em quaisquer desses seguimentos exercem forte influência na vida das pessoas. Estas duas instituições que possuem funções semelhantes e indissociáveis, nos dias atuais tem sido alvo de grandes debates e indagações frente à necessidade do mundo moderno, enfrentando o paradoxo de oferecer “saída” para os problemas de seus membros e ao mesmo tempo sendo atingidos por estes.

Antes da Revolução Industrial, o modelo de organização familiar, em sua maioria, era bem diferente da que conhecemos hoje, as mulheres não trabalhavam fora de seus lares, por isso tinham mais tempo para cuidar de seus filhos. A maioria das pessoas vivia no

campo e sem as influências da agitação das grandes cidades preservava os valores que eram passados de pais para filhos, como o respeito, a solidariedade, a disciplina, entre outros.

Na atualidade a mulher ocupa significativo espaço no mercado de trabalho. O alto custo de vida e a busca por uma melhor condição socioeconômica são fatores que mudaram o cotidiano familiar. As tarefas que geralmente eram realizadas apenas pelas mães, hoje são atividades exercidas por todos na família.

Essas transformações, ao mesmo tempo em que provocaram mais abertura nas relações familiares, também provocou desajustes que precisam ser levados em consideração. Com o custo de vida mais elevado, os pais têm se dedicado muito ao trabalho, e a educação dos filhos fica delegada a terceiros.

Nesta época de avanço tecnológico, a televisão e o computador, na maioria das vezes, se tornam “as babás” destas crianças em formação e, sem nenhum controle elas estão expostas a toda massificação de valores e atitudes expostas pela mídia, com pouca ou nenhuma orientação dos pais ou responsáveis. Jovens e crianças desde cedo, estão sendo expostas a uma realidade de violência, intolerância, individualismo, erotismo, desrespeito, alta carga de informação e com pouco espaço para acompanhamento e referência por parte dos adultos.

Com todos estes fatores, não cabe mais à escola ser apenas o espaço para transmitir conhecimentos científicos indispensáveis para o ensino de conteúdos específicos. Se a escola nega o contexto familiar, histórico, cultural e econômico dos seus membros, ela fracassa na eficácia do processo ensino-aprendizagem.

A participação da família no processo educativo dos alunos

O descontentamento de muitos em relação à educação é tema de discussão entre várias esferas da sociedade. São pais, alunos e principalmente os educadores que se demonstram insatisfeitos. Há, entretanto aqueles que afirmam que os responsáveis pelo mau desempenho escolar são os alunos, como se estes fossem os únicos “culpados” por uma crise que começa desde o seio familiar e estende-se à escola. Mas como afirma Tiba (1996) quando um “erra” todos são corresponsáveis, uma vez que a educação global é feita por oito mãos: pela escola, pelos pais e pelos próprios alunos.

Sabe-se que quando a criança chega ao Ensino Fundamental ela se depara com uma série de novidades o que pode ser favorável ou não. Para a família também surgem novas

dificuldades. Devido às suas atividades diárias dispõe de menos tempo aos filhos e muitos não dominam os conhecimentos e matérias que a escola exige.

As evidências a respeito da participação da família na educação dos filhos apontam que existe um impacto negativo quando há falta de consistência entre família e escola. Onde existe uma maior participação da família, a escola torna-se menos dependente e o desempenho dos alunos tende a melhorar.

Segundo o Art. 205, da Constituição Brasileira: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Podemos verificar na Constituição Brasileira, que a educação é dever dos pais e também responsabilidade conjunta do Estado, da família e da sociedade. Os pais são corresponsáveis pela educação de seus filhos e, conseqüentemente pela escola.

Os pais e mães que dedicam tempo para conversar com os filhos, que os auxiliam nas tarefas escolares recebem no fim do bimestre, boletins como notas bem mais altas. Não precisa ser uma conversa séria sobre os conteúdos estudados nas disciplinas; muitas vezes basta ao filho o interesse do pai sobre seus sabores e desabores na escola, um bate-papo sobre seus colegas, sobre os professores. Chalita assinala que: “qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar; em alguns momentos, apenas do incentivo; em outros, de uma participação efetiva no aprendizado, ao pesquisar, ao discutir, ao valorizar a preocupação que o filho traz da escola”. (2001, p.17).

Os pais dos meios sociais privilegiados que viveram, eles próprios, a experiência de uma escolaridade longa conhece bem o mundo da escola, possuem uma expectativa muito maior do êxito escolar de seus filhos e conseqüentemente têm um poder de intervenção sobre ela muito superior ao de pessoas que, ou não freqüentaram a escola, ou dela foram excluídos rapidamente. Essa concepção é explicada principalmente por um fator: o baixo rendimento de estudantes que viveram em ambientes socioeconômicos vulneráveis. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2012 mostram que as crianças nesse contexto apresentam o dobro de risco de ter um aproveitamento escolar fraco.

É verdade que, para pais mais pobres, a escola representa também um meio de promoção social. Mas a aspiração de futuro que eles têm para seus filhos é menor. Muitas vezes se sentem desarmados diante de uma escola que temem enfrentar e cujo julgamento não ousa colocar em questão. Por isso, em muitos casos aceitam sem resignação decisões escolares que influem decisivamente no futuro de seus filhos.

Vale ressaltar que a qualidade da escola, os professores e a forma de ensinar são fatores preponderantes, uma vez que a situação cultural ou socioeconômica não pode tirar de ninguém o direito de aprender, garantido isso, o que faz a diferença é a atenção dos pais para a vida escolar de seus filhos, sejam pais pobres ou ricos. Magda Soares entende que:

Uma escola transformadora, é pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, e que, por isso, assume a função de propiciar às camadas populares através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política. (SOARES, 1999, p.73).

A autora considera que se faz necessário a construção de uma educação libertadora, na qual a escola se posiciona de forma consciente na sua ação de educar, proporcionando um ensino eficiente às camadas populares que sempre tiveram seus interesses e necessidades negadas em detrimento dos mais favorecidos.

Há algumas escolas públicas que, com a participação ativa de sociedades politicamente organizadas e com projetos bem elaborados, conseguem driblar a carência de acompanhamento familiar que, independentemente da condição econômica ou cultural, têm desenvolvido excelente trabalho na formação de seres humanos críticos e conscientes de sua responsabilidade e possibilidade de intervenção social.

Refletindo sobre a relação escola-família

Fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem são os objetivos da escola e da família. No entanto nem sempre os pais estão em sintonia com a vivência escolar e social de seus filhos.

Discursos de professores, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, revelam a preocupação destes por se considerarem impotentes na sua ação de educar frente a uma sociedade e família “desajustada”, que colocam seus filhos na escola, mas não se interessam por acompanhá-los. Reclamam que os pais são omissos e que delegam à escola responsabilidades que são suas. Essa visão aparece nos relatos coletados pela pesquisa “Anos Finais do Ensino Fundamental: Aproximando-se da Configuração Atual”, realizada pela fundação Carlos Chagas (FCC) em 2012 (DAVIS, 2012).

Na contramão do discurso docente, está o posicionamento dos pais. Em sua pesquisa, Sá (2001) aponta a existência de uma “duplicidade discursiva”, a família demonstra que possui preocupação e desejo de envolver-se com os assuntos escolares; por outro lado, os

educadores percebem interesse e participação dos pais apenas em situações que acontecem fora dos muros da escola, como o auxílio nas tarefas de casa.

Temerosos que os pais, ao obterem uma ampliação de poder frente à gestão escolar, terminem por invadir áreas que segundo eles não lhes pertencem, os professores acabam ofertando possibilidades de participação restritivas, ou exigem um conhecimento que os pais não possuem, acabando por afastar a família que nas palavras de Sá (2001, p. 97) “[...] ao recusarem as ofertas participativas que lhes são proporcionadas, arriscam-se a ser etiquetados como pais negligentes, inaptos e irresponsáveis, a quem pode facilmente ser imputada a culpa pelos eventuais insucessos dos seus educandos.”

A relação família-escola é permeada por sentimentos de diversos fatores: o desejo de que a escola lhes ofereça o melhor, o medo do fracasso escolar, o pouco interesse pela vida escolar dos filhos, as superexigências dos pais, as atitudes de aceitação ou não dos filhos, as questões de rejeição ou negligência, as dificuldades pessoais dos pais, o contexto sócio-econômico-histórico em que se fundamenta a família, a permissividade ou o autoritarismo, os padrões e valores morais da família, entre outros.

Assim a tarefa de se construir uma parceria entre a instituição familiar e escolar se faz necessário, uma vez que a escola não sustenta ou talvez jamais tenha sustentado a posição de substituta da família na função educadora, tão pouco, lhes caberá assumir uma postura de resistência e rivalidade, baseada em uma aproximação unilateral, que venha a submeter à família, a partir da exagerada consideração de uma possível ignorância e incapacidade desta última para educar e socializar.

A família e a escola dividem funções importantíssimas, no que se refere a instruir e educar, compartilhando conhecimentos e principalmente valores. Por isso a relação entre a escola e família precisa ser repensada, no sentido de construir uma nova parceria em prol de uma educação democrática, que tenha em vista a autonomia e a cidadania.

Pagoto afirma que:

A família é a primeira figura ensinante, pois a forma como o aluno aprende e se relaciona com o objeto de conhecimento tem marca deixada por ela e a escola, em seu processo de aprendizagem, não está restrita ao tipo de família, mas também, nas relações que seus membros mantêm em si. Com isso escola e família possuem funções que se assemelham e se aproximam: funções de proteger (família) e educar (escola). (2006, p.11)

Nota-se a importância da escola e família na formação dos alunos, no entanto a confusão destes papéis, as cobranças dessas duas instituições, parece haver por um lado incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela

escola e por outro, há uma falta de habilidade dos professores em promover essa comunicação e interação. Costa (2001,p.17) pontua que: “a família e a escola possuem objetivo comum que é o sucesso dos filhos e alunos, por isso não devem atuar de forma paralela, cada um por si, nem de forma antagônica, opondo-se uns aos outros, mas de forma convergente e complementar.”

Apesar da família e a escola já ter consciência de que se faz necessário esta relação de parceria e democracia como pontua Costa (2001), elas se perdem em suas funções. O Professor não tem papel na família do aluno, mas sim com o aluno. Se esse papel com o aluno for esquecido, o professor acaba por investir energia e tempo em algo para o quê não tem competência profissional e, esvazia o seu papel legítimo. O que ele precisa é cumprir bem o seu papel de professor, que na verdade é duplo: auxiliar na construção de conhecimentos e formar o cidadão.

Por outro lado, os pais não têm curso para serem professores de seus filhos, mesmo se forem de fato professores. A família deu um grande passo, ao colocar o filho na escola, e sempre haverá pais que participam mais e outros menos. A escola e a família têm um objetivo em comum: educar aquela pessoa, aluno e filho, em uma relação de cooperação, não de rivalidade. É nisso que reside à parceria.

Essa parceria precisa ser entendida enquanto uma relação de cooperação, e quando se fala em cooperação, o conceito de Piaget expresso pelas palavras de Menin (1996, p.52) evidencia com clareza essa ideia: “Cooperação para Piaget, é cooperar com.. é estabelecer trocas equilibradas com os outros, sejam estas trocas referentes a favores, informações materiais, influências etc”.

Conforme o sentido piagetiano, a relação escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista.

Segundo o próprio Piaget:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...](2000, p.50)

Pensar neste tipo de parceria requer então dos professores uma tomada de consciência de que, as reuniões baseadas em termos teóricos e abstratos, reuniões para chamar

a atenção dos pais sobre os problemas dos filhos, sobre suas péssimas notas, reuniões muito extensas, sem planejamento adequado, onde só o professor pode falar, não têm proporcionado sequer a abertura para o início de uma proposta de parceria, pois os pais faltam às reuniões, conversam paralelamente, parecem de fato não se interessarem pela vida escolar das crianças. No entanto não basta legitimar a situação com queixas e lamentações.

Portanto a construção dessa parceria é função inicial dos professores, pois transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação, enfim, o resultado desta postura já se conhece muito bem: o afastamento da família.

Sem dúvida, as escolas que conseguem transformar os pais ou responsáveis em parceiros, desenvolvem autonomia intelectual e acesso a outros valores necessários a uma cidadania completa e respeitosa de seus alunos, pois conseguem ir além do que ensinam na sala de aula, do desenvolvimento cognitivo do ler e do escrever, da queda do índice de evasão, da desmotivação e da indisciplina do aluno. Todas essas conquistas são importantes, mas além delas ainda podem conseguir formar o aluno para a vida em sua totalidade e plenitude.

A família é o primeiro grupo com o qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida. No que se refere à Educação Escolar, se os familiares demonstrarem curiosidade em relação ao que acontece em sala de aula e reforçarem a importância do que está sendo aprendido, estarão dando uma enorme contribuição para o sucesso da aprendizagem do aluno. Pode parecer simples, e é. Tanto que é exatamente o que tem sido pedido aos responsáveis pelos estudantes em qualquer nível de ensino.

Algumas Considerações

As vivências na docência e a reflexão sobre a prática pedagógica juntamente com momentos de maior intercâmbio com a família têm angustiado muitos educadores no sentido de repensar as relações entre o envolvimento da família com a vida escolar e a aprendizagem no Ensino Fundamental.

É imprescindível que os pais estejam em sintonia com a vivência escolar e social de seus filhos. Portanto, é necessário que se habituem a participar da vida escolar de seus filhos. Esta parceria consiste em família e escola caminharem juntas, sendo que cada uma das partes deve ser preservada em suas características próprias, sem se manterem indiferentes aos problemas que perpassam em suas ações que ora deverão ser coletivas, ora individualizada.

Mostrar isso à família é tarefa dos educadores. Para tanto é preciso um trabalho de conquista para que os pais se sintam integrados à escola. Nessa interação, os pais não serão os responsáveis pelo processo de aquisição do conhecimento, mas a participação deles pode fazer toda a diferença, pois no cotidiano escolar se evidencia que os alunos que não dispõem do envolvimento da família na sua vida estudantil, geralmente estão constantemente sem motivação e na maioria das vezes possuem um baixo rendimento escolar ou um comportamento fora do padrão desejado.

A boa comunicação é fator decisivo para que a vontade e o empenho de professores e familiares sejam construtivos. Se os professores não conhecem as famílias e se elas não sabem bem como funciona a escola dos filhos, dificilmente conseguirão estabelecer uma parceria saudável que ambos almejam.

Para que possam colaborar, os pais precisam ser incluídos no planejamento pedagógico, entender as estratégias da escola e saber o que se espera deles. Nesse sentido, é imprescindível ouvi-los para identificar o que eles podem oferecer. O desafio não é fácil diante de uma prática escolar que apenas a equipe gestora e os professores estão acostumados a falar e as famílias na maioria das vezes não são ouvidas, mas é possível. Cabe à instituição escolar considerar a necessidade da família e vivenciar reflexões que lhes possibilitem a reconstrução da autoestima, afim de que se sintam primeiramente ouvidos, compreendidos e não acusados, recepcionados, reconhecidos e fortalecidos enquanto parceiros nessa relação.

É inegável que a escola exerce forte influência na vida das pessoas, preparando-as para a cidadania, para a vida social e sua transformação, mas como diz o psicólogo chileno Cláudio Narangjo: “se quisermos mudar o mundo, é preciso mudar a gente que está neste mundo. Esta mudança só pode ser feita através da educação”. (apud DEMETERCO, 2004, p.56).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federal do Brasil. Brasília. Assembléia Legislativa, 1988.

CHALITA, Gabriel Benedito Issaac. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Ed. Gente, 2001.

COIMBRA, Lucília. A indisciplina extrapola a escola. **Mundo jovem**, Porto Alegre, ano XL, v.8, n. 329, p. 10, 2002.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O professor como educador**: um resgate necessário e urgente. Salvador: Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2001. não foi citado

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DAVIS, C. L. F. et al. Anos finais do Ensino Fundamental: aproximando-se da configuração atual. **Estudos e pesquisas educacionais**. 2012. São Paulo/Campinas: FCC/FVC. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/desafios-dos-anos-finais-ensino-fundamental-alta-relatorio-final.pdf> acesso em 15/08/2014.

DEMETERCO, Solange Menezes. **Sociologia da Educação**. Curitiba: Iesde, 2004.

MACEDO, L. Apresentação In: Arthuon, B.; ESSLE, C.; STOEBER, I.S. Reuniões de pais: **sofrimento ou prazer?**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1996.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **História da educação**. Curitiba. Iesde, 2005.

MENIN, M. S. S. **Desenvolvimento Moral**: refletindo com pais e professores. In Lino de Macedo (org). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Cada do Psicólogo, 1996.

PAGOTO, Lucia Ferreira Borges. Uma relação possível e necessária. **Mundo Jovem**, Porto alegre, ano XLIV, v.4, n.365, p.11, 2006.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. José Olympio. 15 ed. Rio de Janeiro, 2000.

SÁ,V. A (NÃO) **participação dos pais na escola**: a eloquência das ausências. In: Veiga, I.P.A.; Fonseca, M. (orgs). Dimensões do projeto político Pedagógico. Campinas. Ed. Papyrus, 2001.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Atica, 1999.

TIBA, Içami. **Disciplina**: o limite na medida certa. São Paulo: Ed. Gente, 1996.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflitos**: parceria com os pais. Rio de Janeiro:2002.